

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 12 a 16 de dezembro, em Brasília.

## NOVOS MINISTROS, GOVERNABILIDADE & EMENDAS DE RELATOR

**Primeiro grupo de ministros é anunciado.** Na última sexta (9), o presidente eleito anunciou oficialmente o nome dos primeiros 5 ministros de seu governo, a saber: Casa Civil, que ficará com Rui Costa (PT/BA); Defesa, com José Múcio (PTB/PE); Fazenda, com Fernando Haddad (PT/SP); Justiça, com Flávio Dino (PSB/MA); e Relações Exteriores, com o embaixador Mauro Vieira. Essas indicações são vistas como da cota pessoal de Lula (PT), isto é, não decorrem de composições com outros partidos políticos.

**Nessa perspectiva, espera-se que ainda nesta semana sejam anunciados novos nomes para os ministérios.** Entre os cotados estão a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, para a Saúde; o deputado federal Alexandre Padilha (PT/SP), para Relações Institucionais; o senador Jean Paul Prates (PT/RN), para Minas e Energia; o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, para Indústria e Comércio; e o deputado federal eleito Luiz Marinho (PT/SP), para o Trabalho. A tendência é que o novo governo tenha em torno de 35 ministérios, 12 a mais do que o atual.

**Ainda sobre o futuro governo, nesta segunda (12) ocorreu a diplomação do presidente e do vice-presidente eleitos.** A cerimônia, que ocorreu no Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é a última formalidade exigida para Lula e Alckmin (PSB) tomem posse em 1º de janeiro de 2023. Na ocasião, Lula fez um discurso em que, dentre outros pontos, voltou a defender a regulação das plataformas digitais.

**Em relação ao Congresso, o novo governo demonstra força com aprovação da PEC da Transição.** Apesar das resistências iniciais em

torno da matéria que libera despesas fora do Teto de Gastos, o Senado aprovou a PEC com ampla margem: 64 votos favoráveis e apenas 16 contrários. Destaca-se, no entanto, que o texto aprovado pelos senadores difere da proposta original da transição, que permitia gastos fora do teto por quatro – *o prazo foi reduzido pela metade*. A expectativa é que a Câmara confirme, nesta quarta (14), a aprovação sem maiores dificuldades, inclusive, porque se houver mudanças no texto, o Senado teria que analisá-lo novamente.

**Ainda assim, a governabilidade precisa ser consolidada.** Embora a aprovação da PEC tenha revelado a força do governo eleito, a composição do novo Congresso ainda pode ser um desafio para Lula. Somente o PL, partido de Bolsonaro, conta com 100 deputados e 14 senadores, a maior bancada da Câmara e também do Senado. Nesse cenário, a próxima composição da Esplanada deve dar amplo espaço para os partidos do centro político, como o PSD e o MDB – *o União Brasil também deve ser alvo preferencial de aproximação do próximo governo*. Em outra perspectiva, Lula deve manter uma boa relação com os presidentes da Câmara e do Senado para assegurar a aprovação de pautas prioritárias. Nesse sentido, já sinalizou que deve apoiar a reeleição de Lira (PP/AL) e Pacheco (PSD/MG) em fevereiro.

**No STF, o julgamento sobre as ações que contestam as Emendas de Relator deve ser retomado nesta quarta (14).** A relatora do processo, ministra Rosa Weber ainda não leu seu voto, mas a tendência é que se posicione pela derrubada do mecanismo. Ainda assim, é esperado que o julgamento não seja concluído nesta semana, o que pode garantir tempo para que o Congresso Nacional articule alternativas em caso de suspensão das emendas.

## Destaque da Semana

### Segunda

- **Lula foi diplomado** presidente da República, junto com o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, durante cerimônia que oficializou o resultado das urnas e o fim do processo eleitoral, no TSE, em Brasília/DF.

Quarta

Ao longo  
da semana

- **STF** pode decidir sobre a constitucionalidade das emendas de relator, divulgadas pela imprensa como “orçamento secreto”.
- **Lula e Alckimin** devem apresentar os relatórios produzidos pela equipe de transição e anunciar novos ministros e ministras do futuro governo.
- **STF** pode decidir sobre o início da vigência das novas regras sobre a cobrança do diferencial da alíquota de ICMS.
- **STF** pode decidir sobre acordo entre União e Estados acerca do ICMS monofásico para combustíveis.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do presidente** – **Jair Bolsonaro** pode sancionar, durante a semana, o substitutivo dos parlamentares sobre a [MPV 1132/2022](#), que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; o [PL 149/2019](#), que Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção; o [PL 3401/2008](#), que disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica; o [PL 2380/2021](#), do Novo Fungetur; o [PL 5991/2019](#), que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão; e o [PL 4401/2021](#), que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais.

**Agenda do vice-presidente** – **Hamilton Mourão** participou, nesta segunda (12), de solenidade de transmissão de passagem de comando do 29º Batalhão de Infantaria Blindado (BIB), em Santa Maria (RS). Também se reuniu com representantes do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, de Vacaria (RS).

**Agenda do presidente eleito** – **Lula** foi diplomado presidente da República, nesta segunda (12), durante cerimônia que oficializou o resultado das urnas e o fim do processo eleitoral, no TSE, em Brasília/DF.

ANPD  
Autoridade Nacional de  
Proteção de Dados

**Agenda do diretor** – **Arthur Sabbat** participa, no dia 15 de dezembro, do webinar “*Privacidade acima de tudo, tendências para 2023: LGPD no novo governo*”, a ser realizado por videoconferência.

GSI  
Gabinete de Segurança  
Institucional

**Agenda ministerial** – Representante do Ministério participa, de 13 a 18 de dezembro, do “*Global Forum on Cyber Expertise (GFCE) Regional Meeting in the Americas - 2022*”, evento que busca fortalecer a cooperação internacional através de cibernética, conectando necessidades, recursos, experiências e disponibilizando conhecimento prático para a comunidade global, em Santo Domingo (República Dominicana).

MCom  
Ministério das Comunicações

**Agenda ministerial** – A secretária de Telecomunicações **Nathalia Lobo** e outros representantes do Ministério participam, de 12 a 17 de dezembro, do “*Comitê de Política Econômica Digital (CDEP), da Organização para a*

*Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)*, nas Ilhas Canárias (Espanha).

Além disso, outros representantes participam, de 10 a 18 de dezembro, da “*Reunião do Grupo Assessor de Normalização das Telecomunicações (TSAG) do Setor de Normalização da União Internacional de Telecomunicações*”, em Genebra (Suíça).

## MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

**Agenda ministerial** – Representantes do Ministério participam, de 10 a 18 de dezembro, da “*4ª reunião do Projeto BioProLat - Reductive bioprocessing for cobalt and nickel recovery from laterites in Brazil*”, projeto que propõe desenvolver um processo biohidrometalúrgico integrado com economia de energia e ecologicamente correto, em Hannover, Freiberg e Berlim (Alemanha).

## ME

Ministério da Economia

**Agenda do ministro** – **Paulo Guedes** se reunirá, na terça (13), com o próximo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

**Agenda ministerial** – Será enviado pelo Ministério representante para participar, de 10 a 17 de dezembro, da “*137ª Reunião do Conselho Executivo (FIDA)*”, em Roma (Itália).

BACEN  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente** – **Roberto Campos Neto** proferiu palestra, nesta segunda (12), na abertura do “*19º Encontro da Comunidade de Projetos do BC*”, em São Paulo. Também se reuniu com João Pedro Barroso, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para tratar de assuntos institucionais. Na terça (13), se reunirá com o próximo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além disso, o presidente participa, no dia 13 de dezembro, do seminário “*Segurança e proteção de dados no mundo digital*”, evento que objetiva promover amplo debate e apresentar ideias para contribuir com os temas de segurança de sistemas digitais, prevenção a fraudes e fortalecimento das regras e práticas de proteção de dados, em Brasília/DF.

**Agenda do banco** – Representante do banco participa, de 11 a 15 de dezembro, do evento “*Fintech Nexus Latin America (LATAM)*”, promovido pelo Fintech Nexus, em Miami (EUA).

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2022 permaneceu em US\$ 55 bilhões de resultado positivo.

**Boletim Focus** – Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2022 reduziu de 5,92% para 5,79%. No caso do PIB 2022, os economistas do mercado financeiro mantiveram a previsão estável em 3,05%. O mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 13,75% ao ano no fim de 2022. A projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2022 ficou estável em R\$ 5,25.

BNDES  
Banco Nacional do Desenvolvimento

**Agenda do presidente** – **Gustavo Montezano** participou, nesta segunda (12), de reuniões com representantes da Pátria Investimentos e da Eletrobras.

CVM  
Comissão de Valores Mobiliários

**Agenda da Autarquia** – Representante do Autarquia participa, de 12 a 16 de dezembro, dos eventos “*Reunião do Comitê 3 da IOSCO*”, principal fórum

internacional para as autoridades reguladoras dos mercados de valores e derivativos, reconhecida como o standard setter internacional em matéria de mercado de capitais, em Tel Aviv (Israel).

**MEC**

Ministério da Educação

**Agenda do ministro** – **Victor Godoy** participou, nesta segunda (12), de audiência com representantes do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

**MTP**

Ministério do Trabalho e Previdência

**Agenda ministerial** – Representantes do Ministério participam, de 11 a 16 de dezembro, da “*Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Misto Tripartite (OIT-OIM)*”, que tratará sobre questões relativas a marítimos e o fator humano (JTWG), em Genebra (Suíça).

Além disso, outros representantes do Ministério participam, de 11 a 18 de dezembro, do “*Seminário Internacional no âmbito da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre de Trabalho Infantil*”.

## Poder Legislativo

**Câmara dos Deputados**

O **Plenário da Câmara dos Deputados** poderá apreciar, dentre outros, o [PL 1998/2020](#), que autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional; o [PL 5518/2020](#), que confere maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais; o [PLP 178/2021](#), que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; o [PL 2896/2022](#), que dispõe sobre gastos com publicidade da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias; e o [PL 2484/2021](#), que institui a obrigatoriedade de incluir nos produtos alimentares livres de glúten o símbolo do Grão Cruzado (Brasil) na parte da frente do produto.

**Senado Federal**

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, a [PEC 13/2019](#), que estabelece critérios ambientais para a cobrança do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e desonerar a parcela do imóvel com vegetação nativa; o [PL 2757/2022](#), que determina a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997; e o [PL 2076/2022](#), que institui o "Dia Nacional da Proteção de Dados".

## Comissões

**TRANSPORTES**

Transportes de Passageiros

Câmara | CVT | Quarta (14) | 17h00

**Audiência Pública** – A Comissão de Viação e Transportes debaterá “*Ações de regulação e fiscalização do transporte de passageiros*”. O evento contará

	com a participação, dentre outros, do superintendente da Agência Nacional de Transportes (ANTT), <b>Felipe Freitas</b> ; do diretor-executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (AMOBITEC), <b>André Porto</b> ; e um representante do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo (SEPROSP).
<b>TECNOLOGIA</b>	Câmara   CSSF   Terça (13)   09h00
<a href="#">Prontuário Eletrônico</a>	<b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Seguridade Social e Família debaterá sobre o <u>prontuário eletrônico e a transformação digital na saúde</u> . Foram convidados a participar, dentre outros, o Secretário de Saúde da cidade de São Paulo, <b>Luiz Carlos Zamarco</b> ; o assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), <b>Nereu Henrique Mansano</b> ; e o assessor técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), <b>Diogo Demarchi</b> .
<a href="#">Tecnologias na Educação</a>	Câmara   CEDES   Quarta (14)   10h30 <b>Evento</b> – O Centro de Estudos e Debates Estratégicos promove, nesta semana, o lançamento do livro “ <i>Tecnologias na educação: construção de políticas públicas</i> ” das deputadas Ângela Amin (PP/SC) e Professora Dorinha (UNIÃO/TO).
<b>POLÍTICA</b>	Senado   CTFC   Segunda (12)   14h30
<a href="#">Pesquisas eleitorais</a>	<b>Audiência Pública</b> – A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor debaterá as <u>metodologias e sistemas de realização de pesquisas eleitorais de intenção de voto</u> . O evento contará, entre outros, com a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), <b>Alexandre de Moraes</b> ; do cientista político, <b>Paulo Kramer</b> ; do sociólogo e especialista em pesquisas, <b>Fábio Gomes</b> ; e dos representantes dos principais institutos de pesquisa do país.

## Política

**Lira anexa PEC da Transição a proposta mais avançada para acelerar votação na Câmara.** O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou na sexta-feira (9) que a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição seja anexada a uma proposta já avançada na Casa. A manobra, que já era esperada, permitirá que a PEC da Transição seja votada diretamente no plenário da Câmara. A expectativa de líderes é que o texto seja analisado na quarta-feira (14). Até a tarde de sexta, Lira ainda não havia definido o relator do texto. Os principais cotados são o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Celso Sabino (União-PA). A PEC de Transição foi pensada (jargão do Legislativo para quando textos tramitam em conjunto) a um texto que já tramita desde 2019 na Câmara e trata exclusivamente de retirar recursos próprios das universidades do teto de gastos. Fonte: G1 Notícias

**Câmara analisa PEC fura-teto, ainda sem consenso entre deputados.** A Câmara marcou para a 4ª feira (14) a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) fura-teto. As discussões já começaram no domingo (11.dez.2022) com encontro de petistas com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) e devem seguir

pela semana. Apesar disso, os deputados devem aguardar decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre as emendas de relator para avançarem no texto aprovado pelo Senado na 4ª feira (7.dez). Lira encontrou no domingo (11) com o líder do PT na Casa, Reginaldo Lopes (PT-MG), e o governador da Bahia, Rui Costa (PT), futuro ministro da Casa Civil, para discutir a votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) fura-teto na semana pelos deputados. Há divergências de expectativas entre os petistas e partidos do Centrão. Fonte: Poder 360

**Republicanos está dividido sobre presidência do Senado.** O Republicanos vive um impasse na bancada do Senado. Enquanto o veterano Mecias de Jesus (RR) defende o apoio à recondução de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) à presidência da casa, os novatos Hamilton Mourão (RS) e Damares Alves (DF) querem apoiar Rogério Marinho (PL-RN) para o posto. Mecias de Jesus já apoiou Pacheco em sua primeira eleição, e acredita que repetir o apoio é importante para o partido ter espaços relevantes no Senado. Já Mourão e Damares têm forte base bolsonaristas e foram críticos ao STF (Supremo Tribunal Federal). A candidatura de Marinho passa por manter uma pressão sobre os ministros, já que é o presidente do Senado quem pauta pedidos de impeachment de integrantes do Supremo. A reunião para chegar a uma resolução a esse impasse já foi adiada duas vezes. Na Câmara, a bancada do Republicanos já chegou a um consenso sobre o apoio à recondução do presidente Arthur Lira (PP-AL). Em nota, declararam independência em relação ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Fonte: Folha de S. Paulo

**Eduardo Girão lança candidatura à Presidência do Senado.** O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) anunciou no domingo (11.dez.2022) que concorrerá à Presidência do Senado em 2023. Em sua conta no Twitter, o congressista disse que a Casa Alta precisa de um líder “independente” e criticou a gestão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) por não dar seguimento a projetos que ajudariam, segundo Girão, na harmonia entre os Poderes. “Tenho sentido e penso que essa Casa está muito distante dos interesses da sociedade. Não tem nos representado, não de hoje, mas há muito tempo vem engavetando projetos importantes para o país. Como, por exemplo, para que a gente possa voltar a ter harmonia e independência entre os Poderes”, declarou em vídeo. Fonte: Poder 360

**A estratégia de Rogério Marinho para convencer aliados a apoiarem seu nome à presidência do Senado.** Uma das estratégias de Rogério Marinho para convencer aliados a apoiarem seu nome à presidência do Senado é apelar para “o momento que o país vive”. Marinho tem repetido que o Brasil precisa de um presidente do Congresso com posicionamento firme perante o STF e que o perfil mineiro-pacificador de Rodrigo Pacheco tem deixado a Casa acossada. Fonte: O Globo

**Em encontro reservado, Haddad e Lira discutem orçamento.** O novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se encontrou na semana com Arthur Lira, presidente da Câmara, em Brasília. O encontro foi reservado, na casa de um amigo em comum e ocorreu antes do anúncio formal de Haddad na Fazenda. Haddad fez o mesmo -também na semana que passou- com Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. Fonte: G1 Notícias

**Novo consulta filiados sobre coligações e uso do fundo partidário.** O Novo enviou a seus filiados um questionário com 15 itens para sondar sobre temas como modelo de gestão do partido, utilização do fundo partidário e possibilidade de fazer alianças e coligações em eleições. O objetivo, segundo integrantes do Novo, é identificar pontos em que o partido pode melhorar, o que incluiria mudanças no estatuto. A movimentação teria como pano de fundo as eleições de 2026, para as quais o governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema, já é apontado como candidato. Fonte: Folha de S. Paulo

**Leite afasta fusão com MDB: “Não é o momento”.** O governador eleito do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), negou que a fusão de seu partido com o MDB esteja sendo discutida neste momento. De acordo com o futuro presidente do PSDB, a sigla debate novas federações, inclusive com o Podemos, já em janeiro

de 2023. “A discussão de fusão do MDB, ela não está acontecendo neste momento. Por mais que ela seja defendida por alguns, a maior parte do partido entende que não é o momento de dar um passo nessa direção”, afirmou o tucano em entrevista ao Poder360 na 6ª feira (9.dez.2022). Fonte: Poder 360

**Ana Paula Lobato assume vaga de Dino no Senado.** Com a ida do senador eleito Flávio Dino (PSB-MA) para o Ministério da Justiça, quem assumirá sua vaga na Casa Alta do Congresso é a 1ª suplente da chapa, Ana Paula Lobato (PSB-MA). Ela tem 38 anos, é vice-prefeita de Pinheiro (MA) e mulher do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto (PC do B). A futura senadora também é enfermeira e empresária do ramo de aluguel de equipamentos e comércio de máquinas para construção. Lobato foi a 1ª mulher a ser empossada como prefeita de Pinheiro, mas ficou no cargo pouco mais de um mês, quando o titular do mandato, Luciano Genésio (PP), voltou de afastamento pela Justiça. Fonte: Poder 360

**CCJ pode votar Lei de Responsabilidade Social.** A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota na terça-feira (13) o projeto que cria a Lei de Responsabilidade Social ([PL 5.343/2020](#)). Do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta reformula a rede de proteção social, traçando metas de redução da pobreza a partir de três eixos: renda mínima, seguro família e poupança-educação. A renda mínima será um aperfeiçoamento dos programas passados de transferência de renda, como Bolsa Família e Auxílio Brasil. A relatora, senadora Simone Tebet (MDB-MS), apresentou parecer favorável, na forma de um texto substitutivo. No mesmo dia a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa novos limites para enquadramento no Simples ([PLP 127/2021](#)). E, na quarta-feira (14), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pode votar o aumento do prazo de validade do registro de armas de fogo ([PLS 367/2018](#)). Fonte: Agência Senado

## Transição

**Mesmo com 2 ministérios, PT cobra mais espaço no governo.** A insatisfação de petistas com a participação do partido no novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aumentou na última semana. Ainda que a sigla tenha sido contemplada com os 2 dos principais ministérios – Fazenda e Casa Civil – há um temor entre os integrantes da legenda de que, para fortalecer a base de apoio, outros partidos acabem ficando com pastas relevantes e orçamentos maiores. Uma reunião do diretório nacional do PT foi marcada para a 5ª feira (8.dez.2022) justamente para discutir a demanda. O tópico, no entanto, acabou suprimido da pauta e não foi debatido. Fonte: Poder 360

**Um dia antes da diplomação, Lula faz reunião para discutir orçamento e ministérios.** O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu no domingo (11), em Brasília, com seu entorno político e o senador Marcelo Castro (MDB-PI) para discutir o orçamento do próximo ano e o organograma dos ministérios. Castro é o relator do orçamento federal para 2023. Além dele, Lula está reunido com: o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB); os futuros ministros Fernando Haddad (PT) (Fazenda) e Rui Costa (PT) (Casa Civil); a deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT; e o ex-ministro Aloizio Mercadante. Fonte: G1 Notícias

**Aloizio Mercadante é cotado para presidir BNDES no governo Lula.** O coordenador do programa de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Aloizio Mercadante, é hoje um dos nomes mais fortes para comandar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo apurou o Estadão. O comando do banco desenvolvimento terá papel decisivo na política econômica que Lula quer implementar para ativar o investimento e acelerar o desenvolvimento do País. Procurada, a assessoria de Mercadante não negou a informação obtida pelo Estadão: “Haverá uma reunião no domingo para definir. Há outras possibilidades e Aloizio Mercadante vai falar pessoalmente com o presidente Lula sobre o assunto”, respondeu a sua assessoria. Fonte: Infomoney

**Rui Costa diz que buscará investimentos e diálogo com setor privado.** O futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), afirmou na 6ª feira (9.dez.2022) que o ministério buscará retomar investimentos no país e o diálogo com o setor privado. A pasta também cuidará do contato com os Estados e municípios. O governador da Bahia também disse que não deverá ser o responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso. "Nós precisamos iniciar um ciclo virtuoso. Esse ciclo só começará com elevação de investimento. E, na limitação de investimentos por recursos orçamentários, nós temos que buscar os investimentos em parceria com a iniciativa privada", declarou em entrevista a jornalistas na sede do governo de transição. Fonte: Poder 360

**Futuro ministro da Justiça, Dino propõe desarmamento, evitar politização das polícias e Justiça antirracista.** O futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, disse na sexta-feira (9), em entrevista à GloboNews, que vai buscar promover um desarmamento da sociedade e evitar politização das polícias. Dino também quer que a Justiça seja antirracista. "Dialogar sempre, e deixar claro que uma corporação armada do Estado, qualquer que seja ela, não pode estar a serviço de facção. Seja uma facção política ou de outro tipo", afirmou Dino em entrevista à GloboNews. "Uma coisa é o direito ao voto. Pouco importa ao nosso governo em quem cada policial votou ou vai votar. Mas a sua atuação profissional não pode estar pautada pelo seu apetite individual", completou. Fonte: G1 Notícias

**Delegados da Polícia Federal lançam nota de apoio a Flavio Dino no Ministério da Justiça e Segurança Pública.** A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (FENADEPOL) lançaram uma nota de apoio à escolha de Flávio Dino (PSB) para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir de 2023. O nome do ex-governador do Maranhão foi anunciado na sexta-feira (9) pelo presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva (PT). Fonte: G1 Notícias

**Ala da transição defende Josué Gomes na Petrobras ou Ministério da Indústria.** Uma ala da equipe de transição de Lula (PT) defende a indicação de Josué Gomes para a presidência da Petrobras ou a nomeação dele para o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC), a ser recriado. Filho de José Alencar, que foi vice-presidente nos dois mandatos anteriores de Lula, Josué está hoje à frente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde sucedeu Paulo Skaf, apoiador de Jair Bolsonaro (PL). Na Fiesp, Josué está sob pressão de sindicatos que marcaram uma assembleia que pode levar à queda dele do cargo. A oposição a Josué é liderada por Skaf. Fonte: G1 Notícias

**Casa Civil cuidará da articulação com estados e municípios e vai buscar impulsionar investimentos, diz Rui Costa.** O futuro ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou na sexta-feira (9) que a pasta fará articulação com estados e municípios e buscará impulsionar os investimentos no país. Mais cedo, Rui Costa foi anunciado pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, como o futuro ministro da pasta. Lula anunciou ainda os nomes para outros quatro ministérios: Economia, Justiça, Relações Exteriores e Defesa. Para Costa, a busca por investimentos vai tirar o país do "ciclo do desemprego". Fonte: G1 Notícias

**Futuro ministro da Defesa afirma que manifestações políticas de militares nas redes sociais não serão toleradas.** Anunciado na sexta-feira (09) como futuro ministro da Defesa, José Múcio Monteiro afirmou em entrevista à Globo News que assume o cargo com a missão de pacificar as Forças Armadas, envolvida nos últimos anos na polarização que tomou conta do país, e que não serão toleradas manifestações políticas de militares nas redes sociais. Ele não detalhou quais providências serão tomadas, limitando-se a dizer que agirá com "doçura". O ministro confirmou que os atuais comandantes serão substituídos pelos oficiais mais antigos de cada Força e os novos vão assumir com a missão de unificar o discurso para pacificar e despolitizar as tropas. Fonte: O Globo

**Parecer técnico do TRE sugere reprovação de contas eleitorais de Flávio Dino.** Parecer técnico do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Maranhão sugeriu a reprovação das contas de campanha do senador eleito Flávio Dino (PSB), indicado como futuro ministro da Justiça pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A equipe do tribunal apontou uma série de indícios de irregularidades na declaração de gastos e receitas do futuro ministro. Os problemas mais graves se referem à contratação de helicóptero para a campanha, com uso de R\$ 980 mil do Fundo Eleitoral. Fonte: Folha de S. Paulo

**Novo governo discute flexibilizar a Lei das Estatais.** Integrantes da equipe de transição debatem internamente a possibilidade de fazerem alterações na Lei das Estatais de modo a permitir nomeações políticas. Dois beneficiados imediatos têm sido citados nos bastidores: Aloizio Mercadante, cotado para assumir o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), e o senador Jean Paul Prates, cotado para assumir a Petrobras. Se a lei não for alterada, eles não poderiam ser nomeados. Isso porque o artigo 17 da Lei 13.303/2016 prevê que para cargos de diretoria, presidência e membros de Conselho de Administração de estatais os indicados não podem ter atuado, nos últimos 36 meses, “como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral”. Fonte: O Sul

## Economia

**Salário-mínimo sobe para R\$ 1.302 em 1º de janeiro.** A partir de 1º de janeiro de 2023, o salário-mínimo, que atualmente é de R\$ 1.212, será de R\$ 1.302. O valor atualizado está em uma medida provisória publicada na segunda-feira (12) no Diário Oficial da União. Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República explicou que valor considera uma variação da inflação de 5,81%, acrescida de ganho real de cerca de 1,5%. “O valor de R\$ 1.302,00 se refere ao salário-mínimo nacional. O valor é aplicável a todos os trabalhadores, do setor público e privado, como também para as aposentadorias e pensões”, acrescenta a nota. Por se tratar de medida provisória, o texto terá de ser analisado por deputados e senadores. O mesmo novo valor para o salário-mínimo já estava previsto no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, que foi enviado ao Congresso Nacional em agosto. Fonte: Agência Brasil

**Para recompor caixa, estados elevam ICMS ou criam novos impostos após alívio para combustíveis.** Assim como o governo federal, os estados também enfrentarão um cenário fiscal mais adverso em 2023, com queda na receita devido ao corte do ICMS aprovado pelo Congresso este ano. Para recompor o caixa, ao menos cinco assembleias estaduais — Sergipe, Piauí, Pará, Paraná e Goiás — aprovaram aumento de impostos ou criação de tributos. Na quarta-feira (07), Piauí e Sergipe aprovaram leis para aumento do ICMS em suas assembleias legislativas. No caso do Piauí, a alíquota básica subirá de 18% para 21% — com exceção de gás de cozinha e itens da cesta básica, que tiveram redução de imposto. Também foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Piauí, que permite a cobrança de até 1,65% do valor de produtos destinados ao exterior ou que tenham o fim específico de exportação. Em Sergipe, a alíquota geral do ICMS vai subir de 18% para 22%. Fonte: O Globo

**Novo governo terá de encontrar solução para o grave problema das finanças dos Estados.** O futuro governo caminha para aprovar a PEC da Transição, de modo a obter do Congresso uma licença para gastar mais R\$ 168 bilhões em 2023, recursos que serão usados para pagar o novo Bolsa Família e outras promessas de campanha que não estavam incluídas no Orçamento. Todas as atenções estão voltadas para isso. Mas há também uma questão grave, que terá de ser enfrentada em breve, relacionada às finanças dos Estados. Em maio, o Congresso aprovou a lei que limita a alíquota do ICMS sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica e serviços de transporte coletivo e de comunicação. As consequências negativas para o equilíbrio fiscal dos Estados começam a chegar. Adriana Fernandes mostrou aqui no Estadão, na semana passada, que quatro

Estados – Pará, Piauí, Paraná e Sergipe – enviaram projetos às Assembleias Legislativas para aumentar impostos, de forma a compensar as perdas orçamentárias causadas pela lei. É o começo. Já sabemos como essa questão vai se encaminhar: em 2023 ou 2024, os Estados recorrerão ao governo federal em busca de ajuda financeira. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Haddad aponta Reforma Tributária e nova regra fiscal como prioridades.** Na primeira entrevista concedida após ser confirmado pelo presidente eleito Lula como futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) defendeu o estabelecimento de uma nova regra fiscal, em substituição ao teto de gastos, a retomada de acordos internacionais e a reforma tributária como prioridades do início de sua gestão, em 2023. “O importante é a gente ter uma agenda para 2023 forte, recuperar os acordos internacionais, que estão parados, sobretudo União Europeia, a questão do arcabouço fiscal e da reforma tributária, como grandes movimentos nossos, faremos todos”, disse. Fonte: Congresso em Foco

**Relator do Orçamento se encontra com Lula e Haddad e promete relatório na 2ª feira.** O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou que deve apresentar seu parecer até a noite da segunda-feira, 12. A decisão foi tomada no domingo, 11, após uma reunião com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O parlamentar disse que leva em conta o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição aprovado no Senado para elaborar a Lei Orçamentária Anual (LOA). A expectativa, segundo Castro, é que o relatório seja votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira, 15, e analisada no plenário do Congresso na semana seguinte. O senador afirmou que a Saúde será a prioridade da peça orçamentária de 2023, com R\$ 22,7 bilhões em recursos, seguida pela Educação. Outras áreas prioritárias serão habitação, infraestrutura e investimentos públicos em geral. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Orçamento de 2023 já prevê os R\$ 145 bi da PEC da Transição.** O relator-geral do Orçamento de 2023, Marcelo Castro (MDB-PI), apresentará o seu parecer na segunda (12) já com os R\$ 145 bilhões adicionais previstos na PEC da Transição. Apesar de o valor extra ainda depender de aprovação na Câmara, consultores do Senado deram sinal verde para o parlamentar fazer a previsão condicionando as despesas à aprovação legislativa. No documento deverão constar valores da recomposição orçamentária desenhada pelo PT. A principal área atendida será a Saúde, com R\$ 22 bilhões. Uma das vitrines das gestões Lula e Dilma, o Minha Casa Minha Vida, cujo orçamento havia sido encolhido para R\$ 34 milhões na previsão enviada por Bolsonaro, deverá receber quase R\$ 10 bilhões. O MEC terá mais R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bi na educação básica e R\$ 3,4 bi em universidades federais. Uma das promessas de Lula na campanha eleitoral, o programa de renegociação de dívidas batizado de Desenrola, terá outros R\$ 5 bilhões. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Relatório do Orçamento prevê R\$ 6,8 bi para salário-mínimo e mais verbas para Saúde e Educação.** O relatório final do Orçamento de 2023, elaborado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), prevê R\$ 6,8 bilhões para o aumento real do salário-mínimo, promessa de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. O parecer também eleva os recursos para Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Defesa, Agricultura e programas sociais. A expectativa de Castro é que o relatório seja votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira, 15, e analisado no plenário do Congresso na semana que vem. O relator direcionou R\$ 22,7 bilhões a mais para a Saúde; R\$ 11,2 bilhões a mais para a Educação; R\$ 75 bilhões a mais para o Ministério da Cidadania, responsável pela execução do Bolsa Família e outros benefícios; R\$ 500 milhões a mais para Defesa; R\$ 9,5 bilhões a mais para o Desenvolvimento Regional; e R\$ 3,7 bilhões a mais para o Turismo. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Equipe de transição reservou R\$ 1 bi para Defesa e R\$ 6,8 bi para salário-mínimo no Orçamento de 23.** Em reunião na noite de domingo (11), a equipe de transição do governo Lula pediu para o relator do Orçamento de 2023 incluir em seu parecer, a ser apresentado na segunda-feira (12) à noite, R\$ 6,8 bilhões para cobrir

despesas com o reajuste do salário-mínimo e mais R\$ 1 bilhão para o Ministério da Defesa. Pastas que deverão ser entregues a aliados, como o Turismo, também estão sendo irrigados com mais R\$ 3,7 bilhões. O PSB e o PSD disputam o ministério. A Agricultura conseguiu uma suplementação de R\$ 933 milhões, e a sigla mais cotada a comandar a pasta é o PSD. As suplementações orçamentárias foram pedidas pela equipe de Lula e negociadas com o relator-geral do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI). O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quis ver e deu aval à destinação de recursos. A Saúde, pasta que concentrará a mais parte da verba extra com a ampliação do Orçamento em R\$ 145 bilhões, como prevê a PEC da Transição, com R\$ 22,7 bilhões, terá recursos para cumprir uma das promessas de campanha de Simone Tebet (MDB), que apoiou Lula no 2º turno. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Relator aponta desvio de finalidade na aplicação de recursos da Seguridade Social em 2021.** O deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP) sugeriu à Comissão Mista de Orçamento a aprovação, com ressalvas, das contas do presidente Jair Bolsonaro de 2021. Entre as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à prestação de contas do período, está o pagamento de despesas de Educação com R\$ 12,2 bilhões de recursos da Seguridade Social. O parecer, no entanto, conclui que não seria possível responsabilizar diretamente o presidente pelo desvio. Outra ressalva feita por Madureira refere-se à falta de aplicação de recursos em projeto de irrigação da região Centro-Oeste em 2021. A Constituição determina a aplicação mínima de 20% dos recursos na região. Fonte: Agência Câmara

**Ministério da Economia rebate críticas do governo de transição.** O Ministério da Economia rebateu, em nota, declarações do governo de transição sobre a situação das contas públicas e do congelamento de salários dos servidores. Segundo a Pasta comandada por Paulo Guedes, as declarações de que o Estado Brasileiro está “quebrado” não são compatíveis com a realidade. “A Dívida Bruta do Governo Geral deverá terminar o ano representando 74% do Produto Interno Bruto (PIB) e superávit primário de R\$ 23,4 bilhões, o primeiro desde 2013 (Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 5º Bimestre de 2022). Será o primeiro governo que encerra o mandato com endividamento em queda: em 2018, a relação dívida/PIB chegou a 75,3%”, diz o texto. O atual governo também compara a situação do Brasil com outros países emergentes e desenvolvidos, cujas projeções de crescimento de dívida giram entre 10,6 pontos e 8,5 pontos percentuais, respectivamente, em comparação com as taxas observadas antes da pandemia. Fonte: Valor Econômico

**Haddad terá almoço com presidente do BC e novo encontro com Guedes.** Indicado ministro da Fazenda na sexta-feira (09), Fernando Haddad começará a tratar oficialmente da transição com a atual gestão na terça-feira (13). Pela manhã, ele se encontrará com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e secretários da gestão. Em seguida, o futuro ministro da Fazenda vai almoçar com Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, na sede da instituição. Fonte: O Globo

**Aliados dizem que Lula quer mulheres no comando do BB e da Caixa.** Aliados dizem que, depois de Lula ter escolhido Haddad como ministro, ele agora quer mulheres nas chefias do Banco do Brasil e da Caixa. A presença de mulheres no comando dos bancos compensaria o fato de Lula ter indicado Haddad pra Fazenda. O presidente eleito quer mulheres de carreira nas chefias dessas instituições. Ainda há dúvida sobre quem ocupará o Ministério do Planejamento. Mas é dada como certa a participação de outros dois nomes na equipe econômica: Aloizio Mercadante e Nelson Barbosa, ex-ministros no governo Dilma Rousseff. Fonte: G1 Notícias

**Países lançam pacotes de investimento no pós-pandemia.** Muitos países lançaram pacotes de investimentos em infraestrutura para ter crescimento depois do início da pandemia –que resultou em restrições à circulação de pessoas e materiais. A preferência pela infraestrutura tem um motivo simples: a capacidade de impulsionar o desenvolvimento da economia, tanto no curto quanto no longo prazo. O governo dos Estados Unidos, comandado pelo democrata Joe Biden, sancionou uma lei no final de 2021 que criou o pacote de US\$

1 trilhão em investimentos em estradas, pontes, pontos de carregamento de carros elétricos e proteção ambiental. É um dos maiores pacotes assinados por um presidente norte-americano em todos os tempos. Além disso, a Câmara de Representantes norte-americana aprovou em 8 de dezembro de 2022 um pacote de US\$ 858 bilhões o setor de defesa. Fonte: Poder 360

**Audidores vão à ONU por suposto desmonte da Receita Federal.** A Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) encaminhou ao Comitê Tributário da ONU (Organização das Nações Unidas), à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e ao Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional) acusações relacionadas à Receita Federal. Sem citar diretamente o governo de Jair Bolsonaro (PL), a entidade menciona suposto desmonte do Fisco e abandono do órgão no combate à corrupção nos últimos anos. O Poder360 teve acesso na 6ª feira (9.dez.2022) ao documento enviado ao secretário-geral Adjunto do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Navid Hanif. Eis a [íntegra](#). Fonte: Poder 360

**Mapa de Empresas recebe Selo Nacional de Modernização do Estado.** Vinte e uma ações do Ministério da Economia (ME) foram contempladas com Selos Nacionais de Modernização do Estado, como melhores iniciativas de inovação na Administração Pública. A distinção concedida pela Presidência da República faz parte da Política Nacional de Modernização do Estado (PNME) – também conhecida como Moderniza Brasil –, que tem por objetivo modernizar a Administração Pública, a prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos. Dentre as iniciativas premiadas, consta o Mapa de Empresas, ferramenta desenvolvida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), ligado à Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (SEPEC/ME), em parceria com a Secretaria de Governo Digital e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A premiação é realizada pela Secretaria Especial de Modernização do Estado (Seme/PR) e promove a classificação em quatro categorias: Ouro, Prata, Bronze e Bronze com menção honrosa. Fonte: ASCOM ME

**SPE divulga Prisma Fiscal de dezembro de 2022.** A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou na segunda-feira (12/12) o [Relatório Mensal do Prisma Fiscal de dezembro de 2022](#). “Em dezembro, a projeção de mercado para o Resultado Primário do Governo Central para este ano foi de R\$ 63,9 bilhões, 0,64% do PIB projetado pela SPE, mantendo a tendência de elevação que vem ocorrendo desde julho”, destaca o subsecretário de Política Fiscal, Bernardo de Andrade. “A projeção da Dívida Bruta do Governo Geral em percentagem do PIB apresentou queda de 1,68 pontos percentuais em relação à projeção feita em novembro. Devido à revisão das Contas Nacionais, não é possível fazer a comparação direta com o mês anterior. Nossa estimativa, após ajustes compatíveis com a revisão do IBGE, é de que a projeção para esse indicador tenha se elevado em 0,27 pontos percentuais”, salienta Andrade. Fonte: ASCOM ME

**Projeto de simplificação tributária avança na Câmara.** O PLP (projeto de lei complementar) 178 de 2021 pode ser votado na Câmara ainda em 2022. A proposta do deputado Efraim Filho (União Brasil-PB) visa a implantar o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias e a NFB-e (Nota Fiscal Brasil Eletrônica). A medida também busca unificar os cadastros fiscais e padronizar a declaração digital. Na prática, o Fisco já permite a emissão de notas eletrônicas para mercadorias e serviços. Eis a [íntegra](#) do projeto. Fonte: Poder 360

**eSocial agora só funciona via portal gov.br. Saiba como acessar.** A partir de segunda-feira (12), o padrão doméstico não terá mais acesso ao eSocial da maneira como conhecia até então. Agora, o acesso ao sistema deverá ser feito com login e senha exclusivamente por meio do portal gov.br ou com certificado digital. Caso o usuário não tenha uma conta no portal, será possível realizar um cadastro na mesma página. Ao inserir o CPF, o usuário será direcionado para o cadastramento e concessão de níveis de confiabilidade, que vão garantir o acesso ao eSocial doméstico. O dia 11 de dezembro de 2022 foi o último para os padrões domésticos

que acessam o eSocial utilizarem o antigo código de acesso e senha. Agora, os módulos web e o app do empregador doméstico somente serão acessados com o login único da conta gov.br. E será preciso ter conta nível prata ou ouro no Gov.br. Fonte: O Globo

**O papel do BNDES e da Petrobras no governo Lula.** O governo de Luiz Inácio Lula da Silva começou a ganhar alguns contornos na sexta-feira, com a indicação dos cinco primeiros ministros. Na área econômica, a cara da nova administração vai ficar mais clara não apenas quando forem conhecidos os secretários do Ministério da Fazenda, a ser comandado pelo ex-prefeito Fernando Haddad, e o nome de quem vai ocupar o Planejamento, mas também pelos indicados - e pelas diretrizes - para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para a Petrobras. As orientações para a economia dependem obviamente em grande parte das decisões da Fazenda e do Planejamento, mas a atuação do banco de fomento e a política de preços e de investimentos da Petrobras e também terão bastante importância nesse campo. Coordenador técnico da equipe de transição, o ex-ministro Aloizio Mercadante indicou na semana passada que o novo governo deverá promover mudanças significativas na gestão do BNDES, sendo ele mesmo um dos cotados para ocupar a presidência do banco. Na quarta-feira, Mercadante disse que “o banco está muito prudente e tem espaço para aumentar o funding sem necessidade de recursos adicionais”. Fonte: Valor Econômico

**Sustentabilidade e economia circular serão destaques na NRF 2023.** A sustentabilidade será pauta mais uma vez do Retail's Big Show, evento é organizado pela NRF (National Retail Federation), entidade responsável pelo varejo norte-americano. A Mercado&Consumo faz anualmente uma cobertura especial da NRF e desta vez contará, ainda, com um estúdio montado dentro da área expositiva da feira. Alguns dos principais varejistas vão compartilhar suas experiências no evento, que acontece entre os dias 14 e 17 de janeiro, em Nova York. Na sessão de abertura de segunda-feira, 15, Jason Buechel, que assumiu o cargo de CEO da Whole Foods Markets em 2022, vai compartilhar como a Whole Foods está investindo em sustentabilidade, com iniciativas em torno da agricultura regenerativa, redução do desperdício de alimentos e fornecimento responsável para construir um futuro melhor de alimentos no setor de supermercados. A M.M. LaFleur e a Madewell vão discutir diferentes modelos de revenda e como gerar vendas adicionais e atrair novos clientes. A Madewell Forever é uma parceria com a ThredUp para revender roupas, enquanto o mercado de revenda da M.M. LaFleur, o M.M. Second Act, é alimentado pelo provedor de serviços Archive. Fonte: Mercado & Consumo

**ABNT lança Norma ABNT PR 2030 - ESG.** A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) irá lançar no dia 14 de dezembro, das 10 às 12 horas, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Prática Recomendada 2030 - Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. O Secovi-SP participou ativamente do desenvolvimento desta norma, representado pela engenheira Patrícia Bittencourt, assessora da vice-presidência de Tecnologia e Sustentabilidade, que integrou a coordenação da Comissão de Estudos Especiais (CEE-256). A Norma inédita fruto de um amplo trabalho liderado pela ABNT na Organização Internacional de Normalização – ISO, alinha os principais conceitos e princípios na sigla ESG, em inglês para “environmental, social and governance” e orienta os passos necessários para incorporá-los na organização. O documento apresenta os critérios mais relevantes, segmentados pelos eixos ambiental, social e de governança, apoiando a organização na identificação de seus temas materiais dentro da abordagem ESG. Fonte: SECOVI SP

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** Na quarta (14), o Plenário do STF se reúne para continuar o julgamento das ADPFs [850](#), [851](#), [854](#) e [1014](#), que discutem a constitucionalidade da execução das emendas de relator,

conhecidas como “orçamento secreto”. Também devem julgar as ADIs [2110](#) e [2111](#), que questionam a constitucionalidade de alterações previdenciárias feitas pela Lei 9.876/1999, no que diz respeito prazo de carência para salário maternidade, ampliação do período básico do fator previdenciário e comprovação de frequência escolar para pagamento do salário família. Fonte: STF

**STF julga processos com impacto fiscal de até R\$ 150 bilhões nesta semana.** Um dos processos que devem ser julgados, classificado pela LDO como o segundo maior risco fiscal para a União, envolve a incidência ou não de PIS/Cofins sobre as receitas financeiras (como juros) de bancos, com impacto de R\$ 115,2 bilhões. Até o momento, o relator e ministro Ricardo Lewandowski foi o único a votar no tema e decidiu acolher a tese das instituições financeiras, que defendem a incidência apenas em receitas brutas (obtidas da venda de produtos e serviços). Também está na pauta de discussão dos ministros a data de início da cobrança do diferencial de alíquota (Difal) do ICMS. Os Estados solicitam a cobrança ainda este ano com pagamentos retroativos e as empresas defendem a cobrança a partir do ano que vem. O julgamento até o momento está com cinco ministros a favor das empresas e três a favor dos Estados. A Corte vai decidir também se os Estados podem minimizar o repasse do ICMS aos municípios, após um caso que aconteceu em Goiás, e a resolução tem repercussão nacional e o que for decidido será aplicado para todos os casos deste tipo. Em uma semana bastante agitada, os ministros devem julgar ainda se a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que exige a contribuição sobre a receita bruta, é constitucional, com impacto de R\$ 12 bilhões. Fonte: Contábeis

**STF julga emendas de relator e pode abrir crise com Congresso.** O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar na próxima quarta-feira (14) a constitucionalidade do pagamento das emendas de relator do Orçamento. O julgamento começou na última 4ª feira (7.dez), mas foi interrompido sem que nenhum ministro tivesse votado. A Corte julgará 4 processos sobre o tema, ajuizados pelos partidos Cidadania, PSB, Psol e PV. As ações estão sob relatoria da ministra Rosa Weber, que preside o Supremo. A magistrada havia liberado os casos para julgamento em 1º de dezembro. Fonte: Poder 360

**Após Barroso estender apuração, PGR volta a pedir que denúncia da CPI da Covid contra Bolsonaro seja arquivada.** A Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu na sexta-feira (9) contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, de prorrogar a apuração de uma denúncia contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) com base em conclusões da CPI da Covid. Nesse caso específico, a investigação apura se Bolsonaro cometeu crime ao estimular o descumprimento de medidas sanitárias. Ao todo, a CPI apontou 10 possíveis condutas criminosas do presidente no enfrentamento à pandemia. Na terça, Barroso estendeu o prazo da investigação preliminar por 60 dias e disse esperar um novo relatório da Polícia Federal sobre o tema. Fonte: G1 Notícias

## Saúde

**Covid: Butantan se reúne com Anvisa para tratar da produção de nova geração de vacinas.** O Instituto Butantan estuda desenvolver uma nova versão da CoronaVac que, além de imunizar contra a Covid-19, oferece maior proteção contra as variantes Delta e Ômicron. A informação foi apresentada pela instituição à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em reunião na sexta-feira (9). Segundo o Butantan, os dados ainda são preliminares. O estudo está em fase pré-clínica, com testagens em animais, mas o recrutamento de voluntários para a segunda etapa já foi iniciado. O centro de pesquisas ainda garantiu que o planejamento proposto para as próximas fases e resultados serão formalizados e apresentados. A equipe técnica da Anvisa aproveitou o encontro para indicar pontos que serão cobrados em um futuro pedido de autorização e identificar ajustes nos protocolos em andamento. Ainda não existe, entretanto, um pedido para autorização ou estudo clínico de novas versões da CoronaVac. Fonte: O Globo

**Comissão aprova proposta que cria Programa Nacional de Cuidados Paliativos.** A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 2460/22](#), que cria o Programa Nacional de Cuidados Paliativos, tendo como foco aliviar o sofrimento, melhorar a qualidade de vida e apoiar pacientes com doença em estágio avançado. As medidas se estenderão aos familiares. O relator, deputado Pinheirinho (PP-MG), recomendou a aprovação. “É importante ressaltar que os cuidados paliativos, ao propor a suspensão de terapias e de tratamentos ineficazes para a pessoa, representam não apenas a redução do sofrimento com procedimentos desnecessários”, disse. Segundo o relator, diversos estudos científicos têm demonstrado como efeitos secundário a redução de custos do tratamento, pela diminuição de internações hospitalares – inclusive em UTI –, pelo menor tempo médio de permanência e pelo menor número de procedimentos (diagnósticos ou terapêuticos). Fonte: Agência Câmara

**Brasil recebe primeiro lote de vacinas bivalentes contra covid-19.** O Brasil recebeu na sexta-feira (9) o primeiro lote com 1,4 milhão de doses de vacinas bivalentes contra covid-19. As doses são de fabricação da Pfizer e protegem contra a variante Ômicron original e a variante BA1. Em comunicado, o Ministério da Saúde informou que o contrato firmado com o laboratório prevê a entrega de todas as vacinas disponíveis, com as atualizações, e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Para identificação, os frascos das vacinas bivalentes têm tampa na cor cinza, cada um com seis doses. Agora, as doses passarão por avaliação e análise do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. As orientações sobre a distribuição, a aplicação das vacinas e o público-alvo serão divulgadas pelo Ministério da Saúde, em nota técnica, nos próximos dias. “Mesmo diante da chegada dos novos lotes de vacinas, é importante reforçar que as doses disponíveis neste momento nas salas de vacinação de todo Brasil são eficazes contra a doença e protegem contra casos graves e óbitos. Os brasileiros devem procurar os postos de vacinação mesmo após o prazo para a dose de reforço”, alertou o Ministério da Saúde. Fonte: Agência Brasil

## Relações Exteriores

**Tensão política cresce no Peru e presidente Dina Boluarte sugere antecipar eleições para 2024.** A situação política no Peru continua tensa, dias após o presidente Pedro Castillo ser deposto pelo Congresso Nacional por tentar um golpe de Estado. Sua vice, a advogada Dina Boluarte, que assumiu poder na quarta-feira (7) anunciou em rede nacional, que vai propor aos parlamentares um acordo para antecipar as eleições para 2024 – ela deveria ficar no cargo até 2026. O aceno de Boluarte se deu após dias de protestos, greves e bloqueios de rodovias por todo o país, que foram reprimidos pela Polícia Nacional. Ao menos duas mortes, de dois jovens, foram confirmadas pelas autoridades. “Interpretando da forma mais ampla a vontade dos cidadãos e conseqüentemente da responsabilidade que o exercício da ação do governo implica, decidi tomar a iniciativa de chegar a um acordo com o Congresso da República e adiantar as eleições gerais para o mês de abril de 2024”, disse a presidente. Fonte: Infomoney

## Último Foco

**Câmara faz acordo para votar em 2023 projeto que amplia teto do Simples.** Após resistência na Câmara, o projeto que corrige o teto do Simples (regime especial de tributação) pela inflação e que era visto como uma pauta-bomba por partidos como PT e MDB deve ser votado no ano que vem pelos deputados. Parlamentares envolvidos na negociação com texto fecharam acordo com o MDB, um dos partidos que se opunha à votação

do texto neste ano. A ideia é conversar com o governo eleito e votar o projeto já em fevereiro, quando a Câmara retoma os trabalhos, para que as mudanças vigorem em 2023. Fonte: Folha de S. Paulo

**Pesquisa aponta que 33% dos médicos do país atenderam via teleconsulta.** Regulamentada recentemente, a teleconsulta ou consulta médica não presencial foi utilizada por 33% dos médicos e 26% dos enfermeiros em todo o país no atendimento a pacientes em 2022. Os dados foram divulgados pelo Centro de Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic). A pesquisa TIC Saúde deste ano mostra um crescimento do uso de tecnologias por profissionais do setor quando comparado ao período anterior à pandemia, o que, para os pesquisadores, pode impactar positivamente a assistência à saúde. Um dos avanços envolve dados de pacientes disponíveis eletronicamente. Entre os enfermeiros, as anotações de enfermagem aumentaram de 52% em 2019 para 85% este ano; o histórico e as anotações clínicas do paciente, de 62% para 85%; e as imagens e exames radiológicos, de 42% para 65%. Já entre os médicos, os maiores aumentos foram na disponibilidade de lista de medicamentos prescritos (de 74% para 85%); nos principais motivos que levaram o paciente ao atendimento (de 77% para 85%); e nas anotações de enfermagem (69% para 79%). A pesquisa constatou avanço na utilização da chamada telessaúde, serviços prestados remotamente por meio de tecnologias da informação e comunicação. O monitoramento remoto de pacientes, por exemplo, que em 2019 era realizado por 16% dos enfermeiros, passou a ser utilizado por 29% deles em 2022. Entre os médicos, a prática foi de 9% para 23% no mesmo período. Também na comparação entre 2019 e 2022, o serviço de teleconsultoria, contato entre profissionais da área para sanar dúvidas, aumentou de 26% para 34% entre enfermeiros e de 26% para 45% entre médicos. Fonte: Agência Brasil

**Governo de transição vai propor 'bolsa internet' para baratear acesso por banda larga.** O governo de transição vai propor ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a criação de uma 'bolsa internet', que reduzirá o preço da conexão por banda larga para brasileiros de baixa renda inscritos no CadÚnico (Cadastro Único do governo federal). A proposta partiu de uma solicitação de Lula, que teria pedido ao grupo de trabalho de Comunicação um programa nos moldes do "Luz para Todos" para universalizar o acesso à internet. "O presidente Lula pediu um Luz para Todos para internet e, após diagnóstico do grupo de trabalho, chegamos à conclusão de que a prioridade é baratear o acesso por banda larga, já que muitas pessoas não estão conectadas por causa do preço", disse Paulo Bernardo, coordenador do grupo de trabalho de Comunicação e ex-ministro das Comunicações e do Planejamento. Fonte: Valor Econômico

**Novo centro de pesquisa visa preparar Brasil para internet 6G.** Foi inaugurado o Smartness (Centro de Pesquisa em Engenharia em Redes e Serviços Inteligentes para 2030) – constituído por Fapesp e Ericsson na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O lançamento ocorreu no auditório do Prédio Anexo, no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp. O objetivo do novo centro é explorar soluções inovadoras em telecomunicações que auxiliem na projeção e construção de infraestruturas de computação em nuvem e redes cognitivas orientadas por aprendizado de máquina e inteligência artificial, para o desenvolvimento da próxima geração de serviços de conectividade 5G e 6G. Fonte: Poder 360

**Falta transparência em sites públicos, diz estudo.** O nível de transparência em sites públicos é considerado intermediário, segundo levantamento da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil). A análise foi feita com base no Programa Nacional de Transparência Pública, conhecido como Radar Nacional, que mede a qualidade de acesso às informações nos sites do Legislativo, Executivo e Judiciário. O levantamento estabeleceu 106 critérios avaliativos para todos os portais e 21 elaborados para cada um dos Poderes e órgãos. Fonte: Poder 360

**Pioneiros do 5G já se destacam no mercado.** Plataforma de inovação capaz de fomentar novos modelos de negócios e incentivar a atividade econômica, o 5G já está no ar nas capitais brasileiras e começa a se expandir pelas grandes cidades a partir do ano que vem. As novas redes de alto desempenho chegam para

possibilitar que empresas, operadoras e desenvolvedores criem um novo ecossistema de inovação. No Fórum Estadão Think “5G em ação – O poder transformador e os desafios na aplicação da nova tecnologia”, apresentado pela Ericsson e patrocinado pela Embratel, um dos assuntos tratados foi a importância de adotar um novo “mindset 5G” para extrair todo o potencial que a nova tecnologia pode proporcionar na geração de novas receitas e negócios. Fonte: O Estado de S. Paulo

**ANTAQ e Cepai lançam de aplicativo sobre segurança portuária.** Em ação coordenada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai/SP) lançará, dia 12 de dezembro, às 15h, no Auditório do Posto Avançado da ANTAQ - localizado na cidade santista, um aplicativo que facilitará a troca de informações sobre segurança portuária. A nova ferramenta tem como objetivo integrar e agilizar a comunicação entre terminais e autoridades no momento das ocorrências, acelerando as ações conjuntas e minimizando possíveis desencontros de informações. Os terminais localizados nos complexos portuários de Santos e São Sebastião usarão a nova ferramenta. Fonte: ASCOM ANTAQ

**Processo de emissão de nota fiscal eletrônica do MEI sofre alterações.** Uma das vantagens ao realizar o processo de formalização como microempreendedor individual (MEI) é poder emitir nota fiscal (NF). Esse benefício permite ao empreendedor alcançar novos mercados, vendendo para empresas e órgãos públicos. Mas é necessário ficar atento para as mudanças que começam a valer no próximo ano. Atualmente, os tipos de nota fiscal variam de acordo com a ocupação que o empreendedor exerce. A NF-e tem o papel de registrar a venda de produtos e a NFS-e tem a função de registrar a prestação de serviço. A mudança implementada pela resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional que passa a valer no dia 1º de janeiro e chama a atenção dos MEIs. Segundo Eduarda Stella, gestora de atendimento da Razonet Contabilidade Digital, os MEIs seriam obrigados a mudar a forma de emitir a nota fiscal de serviço eletrônica (NFS-e). Para isso, seria utilizado um novo sistema informatizado e disponibilizado no site do Simples Nacional. Fonte: Mercado & Consumo

**Webinar sobre privacidade debaterá tendências para 2023 da LGPD no novo governo.** No dia 15 de dezembro, às 8h30, acontece o último evento de 2022 da série “PRIVACIDADE ACIMA DE TUDO | Tendências para 2023: LGPD no novo governo”. O webinar contará com cinco especialistas no tema: Aline Deparis, da Privacy Tools; Arthur Sabbat, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Graziela Kleinubing, do Vilela Veiga Advogados, Andriei Gutierrez da Kyndryl; e Isabella Becker, Grupo Boticário. Interessados poderão participar através do [link](#). Fonte: TV Analise

**Presidente do Banco Central abre seminário sobre segurança digital.** O Poder360 realiza, com o apoio do PicPay, o seminário “Segurança e proteção de dados no mundo digital” na terça-feira (13), das 8h30 às 12h30, com transmissão ao vivo. O objetivo é promover amplo debate e apresentar ideias para contribuir com os temas de segurança de sistemas digitais, prevenção a fraudes e fortalecimento das regras e práticas de proteção de dados. As inscrições estão abertas [neste link](#). Na abertura do evento, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fará uma palestra sobre os avanços brasileiros para a segurança no ambiente digital. Em seguida, haverá 2 painéis, com discussões sobre a cultura de proteção de dados no mundo conectado e o panorama e as perspectivas da segurança digital no país. Fonte: Poder 360

**Avança no Senado projeto que cria Política Nacional de Educação Digital.** O projeto de lei que institui a Política Nacional de Educação Digital ([PL 4.513/2020](#)) avançou em sua tramitação no Senado: o texto foi aprovado na quinta-feira (8) na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O relator da matéria na CCT foi o senador Jean Paul Prates (PT-RN). Agora o projeto segue para análise em outra comissão da Casa: a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Fonte: Agência Senado

**Senadores entregam à Geraldo Alckmin relatório com recomendações de uso do Fust para conectar escolas.** O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB-SP) recebeu o relatório da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia (CECTCovid) do Senado Federal. Entre as prioridades apontadas no documento, está o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para dotar as escolas públicas brasileiras com conectividade. Outra recomendação qualificada como prioritária aprovada pela Subcomissão é a execução, com prioridade e celeridade do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC). O programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação e parceiros, e tem como objetivo apoiar a universalização do acesso à internet e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica. O relatório entregue ao vice-presidente eleito também coloca como prioridade o uso dos recursos previstos nos editais de licitação de espectro para a tecnologia 5G para conectar as escolas. Ao todo, foram destinados R\$ 3,1 bilhão para essa política pública. Fonte: Teletime

**Sem fronteiras: 19% dos empregados em TI trabalham para outros países.** Nada menos que 58% das organizações relatam ter pelo menos algum talento em tecnologia trabalhando em um arranjo totalmente remoto e sem fronteiras, de acordo com uma nova pesquisa do Gartner. Esse número dobrou nos últimos três anos. Força de trabalho sem fronteiras são talentos que trabalham remotamente de diferentes países com base em um contrato de trabalho feito além das fronteiras nacionais. À medida que essa tendência continua a se expandir, a pesquisa também descobriu que 27% dos líderes estão atualmente explorando a contratação de funcionários de tecnologia sem fronteiras. “Não é surpresa que a taxa de contratação de equipe de tecnologia sem fronteiras tenha dobrado nos últimos três anos, pois o aumento da retenção e contratação subiu para a prioridade número 3 para CEOs este ano e 2023”, disse Gabriela Vogel, Analista Diretora Sênior do Gartner. “A pandemia do COVID-19 também acelerou as contratações sem fronteiras, e o que começou como uma exceção, não é mais.” Fonte: Convergência Digital

**Continua a cair o número de ISPs outorgados pela Anatel.** Em novembro, 136 novos ISPs foram outorgados para prestarem o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) pela Anatel. Com isso, o número de competitivas sobe para 19.821, 1.833 a mais que em 2021. Essa queda de ISPs outorgados aponta para uma redução do número total de PPPs e confirma a saturação do mercado para novas redes. Nos anos anteriores, a média de crescimento ficou em 2,8 mil, que dificilmente será alcançada em 2022. Em outubro, as autorizações já haviam caído para 185. O crescimento inorgânico volta à pauta das maiores competitivas, que pretendem ampliar suas áreas de atuação. A Alloha Fibra, Americanet, Brasil TecPar já manifestaram interesse na aquisição de ISPs em 2023. Fonte: TeleSíntese

**UIT arrecada US\$ 30 bilhões para levar Internet a regiões desconectadas.** Para conectar quase 3 bilhões de pessoas que ainda não tem acesso à internet, a União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) para Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), arrecadou, desde março deste ano, US\$ 29,92 bilhões em compromissos prometidos por diversas organizações. Os compromissos totais, provenientes de 578 promessas de todas as partes do mundo, incluem financiamento em dinheiro, políticas públicas e mobilizações com a finalidade de estender o alcance da internet em todas as regiões do planeta. O valor das contribuições à conectividade global foi anunciado durante a primeira reunião anual da Partner2Connect, plataforma destinada a levar internet às comunidades mais isoladas do mundo, em Genebra, na semana passada. Fonte: TeleSíntese

**32% das empresas globais enfrentaram repetidos ataques cibernéticos.** Pesquisa da Trend Micro Brasil revelou que 32% das organizações globais tiveram registros de clientes comprometidos várias vezes nos últimos 12 meses com ataques cibernéticos. Ao mesmo tempo, eles lutam para traçar e defender uma superfície de ataque em expansão. O relatório semestral do Índice de Risco Cibernético (CRI – Cyber Risk Index), produzido pelo Instituto Ponemon, apontou que os principais riscos estão relacionados às capacidades de des-

coberta da superfície de ataque, já que muitas vezes, é um desafio para os profissionais de segurança identificar a localização física dos ativos e os aplicativos de dados críticos do negócio. “Você não pode proteger o que não consegue ver”, disse Jon Clay, vice-presidente de Inteligência de Ameaças da Trend Micro. Na sua avaliação, o trabalho híbrido deu origem a uma era de ambientes de TI complexos e distribuídos, na qual muitas organizações estão tendo dificuldades para ampliar a visibilidade e eliminar o crescimento das lacunas de segurança. Fonte: TeleSintese

**Hackers vendem 8 milhões de números ativos de WhatsApp no Brasil.** A publicação em um famoso fórum de hackers sobre a venda de um suposto banco de dados, contendo 487 milhões de números de usuários do WhatsApp, de 84 países diferentes, foi tornada pública pela empresa de segurança ESET. Dentre os números publicados, cerca de 8 milhões supostamente pertencem ao Brasil, além de 45 milhões do Egito, 35 milhões da Itália, 32 milhões dos Estados Unidos, 29 milhões da Arábia Saudita, 20 milhões da França, 20 milhões da Turquia e 10 milhões da Espanha. Da América Latina, o banco de dados afirma ter 2,3 milhões de números da Argentina, 2,9 milhões da Bolívia, mais de 17 milhões da Colômbia, mais de 6 milhões do Chile, 1,4 milhão da Costa Rica, 13 milhões do México, 10 milhões da Espanha e 1,5 milhão do Uruguai. A publicação apresenta uma conta no Telegram para que os interessados entrem em contato com o detentor dos dados vazados. Conforme revelado pela Cybernews, portal responsável pela publicação do caso, os pesquisadores analisaram uma amostra que receberam e confirmaram que são números de telefone associados a contas ativas do WhatsApp. Fonte: Convergência Digital

**Crea de São Paulo sofre ataque hacker: profissionais têm dados pessoais vazados.** O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) foi alvo de um ataque cibernético. A entidade teve parte da sua base de dados comprometida e informações de associados foram vazadas durante ação de hackers. O incidente foi confirmado pelo órgão de classe em um comunicado divulgado em seu site oficial; o site da entidade encontra-se fora do ar. No comunicado, o Crea-SP afirmou que diante do ataque, os principais sistemas do órgão foram retirados do ar por medida de segurança e que o caso foi denunciado a autoridades como a Polícia Federal e a Delegacia de Crimes Digitais. “Uma empresa especializada em cibersegurança está atuando para mapear e resolver a vulnerabilidade o mais rapidamente possível, além de entender a dimensão do que foi vazado”, informou, em nota. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Anatel nega recursos contra cautelar das chamadas abusivas.** O Conselho Diretor da Anatel indeferiu os recursos administrativos interpostos pela Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), pela Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestruturas de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra) e pela TIM contra a medida cautelar para combate ao fenômeno das chamadas abusivas na atividade de telesserviços. O relator da matéria, conselheiro Vicente de Aquino, rebateu todas as alegações apresentadas e teve decisão aprovada por unanimidade. Aquino manteve os fundamentos que justificaram a cautelar, como o risco de dano grave ou de difícil reparação, na medida em que persiste a perturbação aos consumidores e percebe-se a perda da utilidade do serviço de telefonia. Ressalta que a atividade de telesserviços não é inviabilizada pela determinação da Medida Cautelar para que as prestadoras identifiquem e procedam ao bloqueio das pessoas jurídicas que gerarem ao menos 100 mil chamadas, em um dia, considerados o total de acessos designados à pessoa jurídica, e em que o total de chamadas curtas represente proporção igual ou superior a 85% das chamadas totais. Fonte: TeleSintese

**STF recebe duas ações contra bloqueio de recursos do MEC.** A Rede Sustentabilidade pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declare a invalidade dos bloqueios orçamentários e financeiros ao Ministério da Educação (MEC), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e às universidades e institutos federais determinado por decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro. Na [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental \(ADPF\) 1035](#), com pedido de liminar, o partido sustenta que o decreto viola os direitos à educação, à autonomia universitária e à promoção da pesquisa. A Rede argumenta

que, ao impedir desembolsos financeiros no mês de dezembro, a norma impedirá a Capes de pagar mais de 200 mil bolsas de estudo de pós-graduação. Além disso, segundo estimativas de reitores de universidades e institutos federais de educação, pelo menos 500 mil estudantes em extrema vulnerabilidade social podem ficar sem receber bolsa-auxílio. Segundo o partido, o decreto é ilegal, pois a Constituição Federal estabelece que o Estado deverá apoiar a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, proporcionando meios e condições especiais de trabalho aos que se dedicarem a essas atividades. Fonte: ASCOM STF